

JORNAL DOS CANDIDATOS DO PACTO DAS ENTIDADES

União, Compromisso e Transparência!

Vote aqui!



CONHEÇA NOSSOS CANDIDATOS PARA REPRESENTANTES DOS ASSISTIDOS (APOSENTADAS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS) NOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DA VIVEST



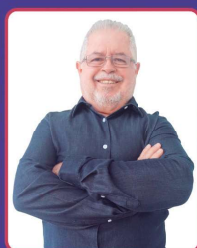
Vem aí as eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal para participantes ativos, coligados e autopatrocinados e para os participantes assistidos (aposentadas, aposentados e pensionistas) nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2026. Todo o processo será pela Internet. As instruções de votação serão divulgadas em breve no site da Vivest. Cada eleitor fará uso de uma senha pessoal e intransferível. O resultado será divulgado no dia 17 de julho deste ano. Participe!

Neste informativo da chapa **União, Compromisso e Transparência**, apresentamos nossas propostas para cada conselho e nossos candidatos para os votantes assistidos, inclusive os aposentados 4819. Contamos com seu voto!

Confira nossos candidatos ao Conselho Deliberativo dos ASSISTIDOS

Nesta eleição, os trabalhadores assistidos de todas as empresas que têm o plano na Vivest, inclusive os 4819, votam e escolhem duas chapas para o CD. Vote nas chapas 1 e 2!

CHAPA 1



**Gentil Teixeira de Freitas
(Titular)**

Entrou na Cesp em 1978. Em 2016 foi para a CTG Rio Paraná. Foi membro do Conselho Curador da FunCesp por nove anos. Atua hoje no Conselho Deliberativo dos Assistidos na Vivest como suplente. É diretor de Assuntos dos Aposentados e Fundações de Seguridade do Sinergia CUT. Passou por vários cargos no Sinergia Campinas: diretor-tesoureiro (1996-2002),

diretor secretário-geral (2002-2008), diretor-presidente (2008-2014), diretor de Aposentados e Previdência (2014-2020) e atualmente é coordenador do Coletivo dos Aposentados. Participou de diversos cursos e congressos da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão) e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão. É certificado para desempenhar as funções de gestão nos órgãos de governança das instituições de previdência complementar.



**Vicente Andreu Guillo
(Suplente)**

Formado em estatística pela Unicamp. Foi estagiário na CPFL em 1980 e efetivado como técnico em recursos humanos em 1982. Ocupou, na empresa, os cargos de analista de recursos humanos e de analista econômico-financeiro. Foi eleito representante dos empregados na Diretoria (1997-1999) e depois nomeado para o

Conselho de Administração. Aposentou-se pela FunCesp em 2011. Foi diretor do Sinergia Campinas (1987-1995). Em Campinas, foi presidente da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento) de 2001 a 2003, e secretário de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, de 2007 a 2008. Foi presidente da Usina Termoelétrica Nova Piratininga-Petrobrás (2006-2007); secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA (2008-2009); diretor-presidente da ANA (Agência Nacional de Águas) de 2010 a 2018; e atualmente é secretário de Serviços Urbanos de Hortolândia. Hoje atua no Conselho Deliberativo dos Assistidos na Vivest como suplente. É do Sinergia CUT.

CHAPA 2

**Fernando Mirancos da Cunha
(Titular)**



Graduado em engenharia elétrica, trabalhou na Eletropaulo – hoje Enel - por 26 anos, onde começou em 1984 como estagiário, ocupando funções de técnico, engenheiro, coordenador, gerente e de diretor de Operação. Foi representante da Eletropaulo e coordenou trabalhos e projetos junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Operador Nacional do Sistema (ONS). Realizou trabalhos na área de energia no Brasil e no exterior. No início da década de 1990 foi eleito para o Conselho de Representante de Empregados (CRE) da Eletropaulo, para um mandato de dois anos. Foi consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em projeto relacionado ao Plano Nacional de Energia (PNE), junto ao Ministério de Minas e Energia (MME). É representante dos Assistidos no Conselho Deliberativo da Vivest, eleito para o mandato 2023-2026.

**Valdivino Ferreira dos Anjos
(Suplente)**



Por mais de uma década foi conselheiro Deliberativo e já foi conselheiro Fiscal da Vivest por duas vezes. Hoje é o atual representante dos assistidos no Comitê Gestor de Investimento e Previdência da Cteep e já foi conselheiro Administrativo da empresa. É ainda suplente do Conselho Deliberativo da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão) pela Regional II (São Paulo) e é diretor do Sinergia CUT. Fez vários cursos na área de Previdência Complementar (Formação e Qualificação Profissional em PC, Aspectos Atuariais de um Plano Previdenciário, Tributação dos Planos de PC, dentre outros). Foi trabalhador da Eletropaulo, EPTE e atualmente está aposentado.

**Vote nas Chapas 1 e 2 para eleger
os dois representantes dos assistidos no CD**

Confira nossa chapa para o Conselho Fiscal dos ASSISTIDOS

Nesta eleição, os assistidos de todas as empresas votam em uma chapa para o CF. Vote na chapa 1!

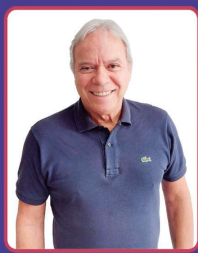
CHAPA 1



Antonio Mardevanio G. da Rocha (Titular)

Graduado em administração, com especialização em finanças e contabilidade, bacharel em direito e advogado, atua há mais de 30 anos no setor elétrico (Cesp – CTG Brasil – Usina Ilha Solteira). Tem experiência estratégica em governança, tendo integrado o Conselho de Administração da Cesp como representante dos trabalhadores (2003-2010) e atuado como Conselheiro Fiscal suplente na Vivest. Foi diretor Jurídico do Sinergia Campinas (2020-2024) e hoje é o coordenador regional da Macrorregião de Ilha Solteira. Atuou no Conselho Fiscal dos ativos como suplente por dois mandatos, assegurando transparência ao fundo de pensão. É aposentado suplementado da Vivest desde 2018.

Antonio Carlos Figueira (Suplente)



Economista com MBA em gestão empresarial, atuou no Conselho Fiscal da Vivest como suplente de 2023 a 2026. Foi executivo de Suprimentos e Finanças da então Duke Energy, auditor interno da Cesp e gerente na Diretoria de Geração e Transmissão da companhia. Também foi especialista econômico-financeiro na Eletropaulo. Foi conselheiro Fiscal e Deliberativo da Fundação Cesp representando a empresa Duke Energy. Foi membro do Comitê Gestor do Plano de Previdência da Cesp. É ex-presidente e diretor do Instituto Adecon e ex-diretor do CespInvest. Participou de diversos cursos na área econômica e financeira. Aposentou-se em 1997.

Proposta de trabalho para o CONSELHO DELIBERATIVO

Os candidatos da chapa União, Compromisso e Transparência, que ao longo de sua trajetória profissional e institucional estiveram ao lado dos trabalhadores ativos, assistidos e pensionistas na defesa de seus direitos, assumem os seguintes compromissos:

Previdência e proteção dos planos previdenciários

1. Defender a continuidade e o fortalecimento da Fundação Cesp como patrimônio construído pelos participantes, assistidos, pensionistas, beneficiários e patrocinadores.

2. Atuar pela proteção dos planos PSAP (BSPS, BD e CV), preservando direitos e garantias previstos nos regulamentos e normas aplicáveis, incluindo a isonomia na opção pela tributação regressiva.

3. Defender os direitos dos participantes e assistidos nos processos de retirada de patrocínio, migrações, transferências de gerenciamento, alterações estruturais dos planos e situações relacionadas à renovação ou caducidade de concessões do setor elétrico.

4. Acompanhar e fiscalizar impactos atuariais, regulatórios, investimentos e alterações dos planos previdenciários, de forma a contribuir para a segurança e evolução patrimonial.

5. Acompanhar permanentemente os planos CD e Familinvest, propondo melhorias de governança, proteção aos participantes e qualidade dos benefícios.

6. Defender o cumprimento regular e tempestivo dos repasses referentes a todos os direitos e benefícios estabelecidos pela Lei Estadual nº 4.819/1958 e, por outro lado, a preservação integral do patrimônio e dos recursos garantidores dos planos previdenciários administrados pela Fundação Cesp.

7. Defender tratamento justo aos participantes dos planos instituídos mediante aperfeiçoamentos normativos e estatutários.

Saúde

8. Defender mensalidades compatíveis com a realidade econômica dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

9. Propor regulamentação e utilização responsável do Patrimônio Social Saúde, buscando mecanismos para reduzir impactos financeiros e mitigar reajustes

dos planos de saúde entre 2027 e 2029, observadas as condições legais, atuariais e de sustentabilidade.

10. Atuar pela melhoria do atendimento, ampliação da rede credenciada e análise de coberturas adicionais quando legal, contratual e atuarialmente viáveis.

11. Avaliar alternativas relacionadas aos chamados “planos espelhos”, considerando a legislação e a jurisprudência aplicáveis, buscando maior isonomia

entre ativos, aposentados e pensionistas.

12. Propor soluções para participantes e beneficiários que possuam decisões judiciais e suportem integralmente custos assistenciais.

Transparência e governança

13. Ampliar a transparência das decisões dos órgãos de governança e defender maior publicidade dos votos e posicionamentos dos conselheiros, observados os limites legais e regimentais.

14. Propor aperfeiçoamentos do Estatuto Social, Regimento Interno e Código de Conduta e Princípios Éticos.

15. Criar canal permanente de interação entre conselheiros, entidades representativas, participantes, assistidos e pensionistas.

16. Atuar pela ampliação para três do número de vagas destinadas aos representantes dos assistidos no Conselho Deliberativo, mediante as alterações estatutárias e normativas necessárias.

17. Defender limites de recondução para cargos estratégicos da governança.

18. Atuar pela ampliação da participação dos participantes, assistidos e pensionistas nas decisões relacionadas à governança e aos planos administrados.

Atuação institucional

19. Desenvolver atuação técnica e institucional junto ao CNPC, PREVIC, ANS, Ministério da Previdência Social, Ministério de Minas e Energia, ANEEL, Congresso Nacional, AGU, Ministério Público e Poder Judiciário, dentro das competências do Conselho Deliberativo.

20. Defender revisão e aperfeiçoamento das normas que impactem direitos previdenciários, assistenciais e de saúde.



Proposta de trabalho para o CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, como órgão essencial da governança da VIVEST, deve atuar em estrita observância à legislação aplicável às EFPC, ao Estatuto Social e aos normativos internos, preservando sua independência funcional. Sua atuação é orientada por princípios de legalidade, integridade, transparência e responsabilidade, com foco no fortalecimento dos controles e na sustentabilidade dos planos administrados.

Nossa proposta de trabalho se apoia na experiência dos conselheiros que a apresentam, combinando a atuação de membros reeleitos — que garantem continuidade e conhecimento acumulado — com a contribuição de novos conselheiros, que agregam visão renovada. Essa combinação fortalece o aprimoramento técnico, a evolução da fiscalização e a capacidade do Conselho de responder, com equilíbrio e efetividade, aos desafios regulatórios e de mercado.

A atuação será pautada pela fiscalização permanente das informações contábeis, atuariais e financeiras, assegurando conformidade normativa e aderência às melhores práticas de governança. Destaca-se, ainda, a adoção de abordagem preventiva, com monitoramento sistemático de riscos relevantes, como retiradas de patrocínio, migrações, transferências de gestão e mudanças regulatórias, reforçando a segurança jurídica e a proteção do patrimônio dos participantes.

1. Fiscalização econômico-financeira

- Acompanhar continuamente demonstrações financeiras, balanços, reservas, resultados atuariais e custos administrativos.

- Monitorar impactos financeiros e atuariais de eventos críticos (retirada de patrocínio, caducidade, migrações e transferências de gestão).

- Avaliar o equilíbrio econômico e a aderência atuarial dos planos PSAP, BSPS, BD, CV e CD.

2. Saúde e sustentabilidade patrimonial

- Fiscalizar a situação econômico-patrimonial dos planos de saúde.

- Avaliar tecnicamente a utilização do Patrimônio Social Saúde, com foco na mitigação de reajustes no médio prazo (2027–2029).

- Exigir transparência e consistência nas despesas assistenciais, administrativas e nas projeções atuariais.

3. Transparência, controle e inovação

- Promover o acesso amplo e qualificado às informações econômico-financeiras.

- Produzir relatórios periódicos, claros e acessíveis aos participantes e assistidos.

- Recomendar auditorias independentes e estudos técnicos sempre que identificados riscos relevantes.

- Acompanhar processos de transferência de gestão e seus impactos patrimoniais.

- Fiscalizar o cumprimento de obrigações decorrentes do período pré-privatização.

- Atuar preventivamente na identificação e mitigação de riscos regulatórios, financeiros, atuariais e de compliance.

- Incentivar o uso de ferramentas analíticas e indicadores de desempenho para aprimorar a fiscalização e apoiar a tomada de decisão.

Com essa abordagem, o Conselho Fiscal reforça seu papel estratégico na governança, contribuindo para a solidez institucional, a confiança dos participantes e a perenidade dos planos administrados.